



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0010844-04.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 3353/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 1644/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 282/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **ELIANDRO APARECIDO VERONESE**

Réu Preso

Aos 18 de janeiro de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **ELIANDRO APARECIDO VERONESE**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Mariana Izolina Pinheiro de Souza e a testemunha de acusação Renato Ferraz Villela, tudo em termos apartados. As partes desistiram da oitiva da testemunha Rodrigo Borges Frisene. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, também em termo apartado. **(Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi(ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência).** Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no art. 155 por ter subtraído a moto da vítima. A ação penal deve ser julgada parcialmente procedente. O policial ouvido disse ter surpreendido o réu quando empurrava a moto pela rua Desembargador Júlio de Faria, portanto, já distante do local do crime. O réu confessou a subtração, delito esse que se consumou, uma vez que ele teve a posse do veículo. A qualificadora de uso de chave não ficou suficientemente comprovada. É certo que a mixa foi apreendida na ignição da moto, porém, não ficou suficientemente comprovado o uso efetivo, já que o motor da moto não foi ligado e o réu apenas empurrava o veículo, além do que a vítima disse que a trava estava quebrada, o que permitia que a moto fosse empurrada sem necessidade de destravamento. Isto posto, requeiro a condenação do réu como incurso no art. 155 caput do C.P. Ele tem inúmeras condenações por furto; nos dois últimos anos foram duas condenações,



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

além de outras em anos anteriores. Deste modo, a pena-base deve ser fixada acima do mínimo. Em razão de ser o réu afeiçoado ao patrimônio alheio, ser reincidente, com diversas condenações, o regime deve ser o fechado, nos termos do art. 59 do C.P. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: o réu foi preso em flagrante na posse da res furtiva. Confessou o delito. Sendo assim requer afastamento da qualificadora imputada, fixação da pena-base no mínimo legal, considerando que não houve qualquer prejuízo à vítima. Reconhecimento da atenuante da confissão. Quanto ao regime inicial, requer que seja aplicado o art. 387 § 2º e seja considerado o tempo em que o acusado esteve preso provisoriamente. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ELIANDRO APARECIDO VERONESE**, RG 19.605.799, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso III, do Código Penal, porque no dia 24 de outubro de 2016, por volta das 19h11, na Rua Antônio Botelho, nº. 749, Bela Vista, nesta cidade e Comarca, ELIANDRO subtraiu para si, mediante o emprego de chave falsa (mixa), a motocicleta Honda/CG 125, placas BYV-2658-São Carlos-SP, ano modelo 2008, cor cinza, avaliada em R\$ 3.500,00, em detrimento de Mariana Izolina Pinheiro de Souza. Consoante apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ele se dirigiu até o local dos fatos na posse de uma chave falsa (mixa), ao que, ao avistar o veículo da vítima estacionado defronte sua residência, deliberou por empregar o seu artefato na sua ignição, logrando destravá-lo, partindo em fuga a seguir empurrando-o. E tanto isso é verdade, que policiais militares em patrulhamento de rotina viram o denunciado em atitude suspeita, empurrando o reportado veículo no cruzamento das Ruas Martin Luther King e Desembargador Júlio de Faria, dando azo à sua abordagem. Submetido à busca pessoal, com ELIANDRO os milicianos encontraram um molho de chaves mixas. Analisada a motocicleta que ele empurrava, os policiais encontraram outra chave mixa, inserida em sua ignição. Tem-se que antes mesmo do denunciado confessar a prática delitiva, os policiais militares foram informados via COPOM acerca do furto do automotor da vítima, justificando sua prisão em flagrante delito. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (pág.58). Recebida a denúncia (pág.135), o réu foi citado (pág.188) e respondeu a acusação através do defensor público (pág.192 e 193). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação do acusado por furto simples e a Defesa requereu a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. Materialidade positivada pelo auto de prisão em flagrante, demais documentos e prova oral. A autoria é certa. Ouvido em juízo, o acusado confessou a subtração do bem e a sua versão foi confirmada pela prova oral. Conforme



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

bem destacado pelo M.P., deve ser afastada a qualificadora, que não restou efetivamente comprovada nos autos. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA** para condenar o réu por furto simples. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que o réu é possuidor de maus antecedentes e conduta social reprovável, fixo a pena-base um pouco acima do mínimo, ou seja, em um ano e dois meses de reclusão e onze dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação na segunda fase porque se existe a agravante da reincidência (fls. 207), em favor do réu existe a atenuante da confissão espontânea, devendo uma situação compensar a outra. Torno definitiva a pena estabelecida. A reincidência impossibilita a substituição por pena alternativa. **CONDENO**, pois, **ELIANDRO APARECIDO VERONESE** à pena de **um (1) ano e dois (2) meses de reclusão e onze (11) dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido **o artigo 155, caput, do Código Penal**. Por ser reincidente iniciará o cumprimento da pena no **regime semiaberto**, observada a regra do art. 387 § 2º do CPP, não podendo recorrer em liberdade. Tal regime é necessário inclusive para nortear o réu a uma mudança de comportamento, porque até hoje não modificou a maneira de agir e continua delinquindo. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Destrua-se os objetos apreendidos. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, \_\_\_\_\_, (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a): (assinatura digital)

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):